

Por outro conceito de “populismo”: culturas e práticas políticas nos Cariris Velhos da Paraíba (1945-1950)

Márcio Macêdo Moreira¹

A cultura política do coronelismo baseado na independência dos chefes locais em relação ao domínio do Estado estava em pleno colapso durante a redemocratização pós-1945. O aparato jurídico e a segurança policial nas eleições de 12 de outubro de 1947 demonstraram nos Cariris Velhos da Paraíba que o mando não estava apenas nas mãos dos chefes políticos. Os domínios do Estado que começou a solapar o poder de mando na Paraíba teve início no governo de João Pessoa em 1928 e prosseguiu com Antenor Navarro após o Movimento de 1930. No governo de Gratuliano Brito começou a reaproximação com as oligarquias dentro do Partido Progressista, que teve sua efetivação nas interventorias de Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro. Mesmo com a continuação das oligarquias, o Movimento de 1930, o Estado Novo e a redemocratização trouxeram em seu bojo mudanças no modo de se fazer política. A partir da década de 1950 não bastava reprimir e controlar o eleitorado, era necessário convencer. As transformações desta cultura política são evidentes ao se observar o retorno de Getúlio Vargas no cenário político da pré-eleições de 1950.

Vargas passou a contracenar como líder trabalhista, inclusive conquistou a simpatia de um considerável número de eleitores do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Uma nova imagem “mítica” estava surgindo, Vargas se metamorfoseava de um político ditador para um político “popular”. Skidmore (1982:94) enquadra Vargas num novo estilo de fazer política denominada de política populista ou populismo:

O termo populista era um tanto impreciso. Veio ser usado para denominar um estilo de procedimento político numa situação da qual o eleitorado urbano de massas mostra receptividade a um líder atraente, que recorre a um apelo aberto e irracional, baseado em considerações econômicas de variável sofisticação ideológica. (...) É um líder personalista, cuja organização política gira em torno das suas próprias ambições e da sua própria carreira.

¹ Mestre em História e Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba. Professor de História na Prefeitura Municipal de Araruna e no Estado da Paraíba.

Concordamos com Jorge Ferreira (2001:95) quando este nega que o Estado transformou a sociedade em elemento passivo perante a dominação e a repressão. Para ele:

A sociedade em si mesma não era tão “boa” e isenta de culpas, e que nela circulavam preconceitos contra judeus; manifestaram-se rancores contra alemães e japoneses, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial; existiam pessoas com horror dos comunistas ou dos integralistas; encontravam-se alguns que queriam punir o comerciante da esquina desmedido em seus lucros; havia outras que desejavam livrar-se das dívidas com agiota – e, em alguns casos, mais raros, do próprio marido. (...) Em outras palavras, as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas sim, de interlocução, de cumplicidade.

Quando anulamos uma interpretação maniqueísta entre o Estado e a sociedade, o conceito de populismo perde sentido. A partir da década de 1990, o conceito estava em colapso devido à introdução no Brasil de teorias advindas da História Cultural e da História Social. Houve também a interpretação baseada na ideia de que a consciência de classe forma-se independente da relação com a classe dominante. Teoria atribuída a E.P. Thompson (1987:12):

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição.

Assim, a partir desta interpretação relativa à ideia de “classe”, entendemos o populismo como pouco elucidativo para explicação da relação política entre o Estado e a sociedade. Não houve uma dominação ideológica entre o Estado e a classe operária, mas sim, troca de interesses. Logo o populismo não é um poder absoluto e totalitário, já que existem os valores, as crenças, os mitos e as tradições de determinada sociedade, que ora denominamos de cultura política.

Baseado no contexto histórico do Estado Vargasista e Janguista, Ângela de Castro Gomes (2005:33-41) prefere o trabalhismo em vez do populismo como cultura política devido à criação da tradição que incluiu no seu bojo, a inclusão social e o aumento da participação política, mesmo que esta participação esteja relacionada ao assistencialismo e às práticas demagógicas.

Nota-se que a partir do Movimento de 1930, a historiografia brasileira prestigiou a pesquisa histórica a partir do eixo urbanização - modernidade - industrialização. Assim, a história da sociedade rural do país foi tratada como coadjuvante referente às políticas públicas para incentivo a industrialização do eixo Rio - São Paulo. A cultura política vigente no Brasil durante o período de 1945-1964 se restringe à relação Estado-classe operária, que por Gomes é abordada como trabalhismo. Mas como seria a cultura política na perspectiva da região Nordeste e primordialmente na Paraíba? O trabalhismo não foi a única cultura política do Brasil, o Nordeste teve uma cultura política diferenciada e diversificada. Logo, não acreditamos que a partir de contextualizações históricas exista apenas uma cultura política, mas sim culturas políticas. O caso da cultura política estudado nos Cariris Velhos da Paraíba é particular se comparado na mesma periodização histórica a outras formas de culturas políticas.

O conceito de populismo também foi utilizado como interpretação das relações sociais vividas na Paraíba tal como destaca Cittadino (1998:18):

No caso da Paraíba, a emergência de uma política populista só pode ser entendida a partir das transformações processadas na economia local com a penetração das relações capitalistas no campo, que destroem as relações tradicionais de caráter pré-capitalistas, levando à expropriação do homem do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural. É sobre essa população que migrará para os centros urbanos, constituindo aí as massas populares, que incidirá a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força do processo de industrialização².

As mudanças ocorridas com a redemocratização e as novas relações sociais entre dominantes e dominados ocasionaram na construção de uma nova cultura política no Brasil que foi diversificada pelos estados e pelos municípios. A “penetração das forças capitalistas” foi impactante para a diferenciação das relações sociais entre Serra Branca e São João do Cariri – cidades do Cariri paraibano.

Segundo Cittadino (2006:91-92), as classes produtoras do Nordeste investiram na expansão das áreas de cultivo, já que não estavam conseguindo concorrer com o capitalismo industrial do sul. Este fato contribuiu para pressão exercida pelos grandes

² Tomamos o populismo não a partir de sua abstração, mas sim como prática política caracterizada com o poder de decisão da população a partir do voto. As práticas utilizadas pelos políticos para adquirir os votos dessa nova “massa” populacional advinda do campo não definia totalmente o direito de escolha dos eleitores, daí ter as políticas populistas como prática e não como conceito que coloca total domínio dos dominantes sobre os dominados.

latifundiários em relação aos trabalhadores rurais, para que estes diminuíssem sua área de cultivo. Consequentemente ocorreu a expulsão do trabalhador da terra e o êxodo rural. Afirma ainda Cittadino que:

As populações expulsas de suas terras tendiam a migrar para os pequenos centros urbanos dispersos pelo interior do estado, instalando-se naquilo que ficou conhecido como “pontas de rua”. Rompiam-se assim, os elos fundamentais que ligavam o trabalhador do campo ao proprietário da terra.

A principal “ponta de rua” da Comarca de São João do Cariri foi a “próspera” Serra Branca, domínio da tradicional família Gaudêncio.

A cultura do algodão no Cariri trouxe em seu interior mudanças nas relações sociais de Serra Branca. Antes o agricultor estava preso a terra do latifundiário. Com a abertura dos armazéns e com as máquinas de beneficiamento do algodão, ele ficou livre dos laços que detinha com seu “senhor”. Mas o domínio econômico do latifundiário continuou, pois ele foi o principal negociador entre o plantador de algodão e as exportadoras. A mudança ocorreu em relação a posse da terra. O pequeno agricultor podia comprar a terra a partir de empréstimos dos Caixas Rurais, cabia à elite manter o domínio a partir da compra da produção do agricultor.

No caso de Serra Branca se destacaram como mediadores do mercado do algodão Antero Torreão e Joaquim Gaudêncio. A propriedade das terras se democratizou com os empréstimos dos Caixas Rurais que começou a ser realizado no governo de Gratuliano Brito (SANTANA, 1999:118). O pequeno proprietário não devia obediência ao chefe político, ele não era mais obrigado a votar como ocorreu no período da República Velha. Novos mecanismos foram criados pelas oligarquias. Daí Joaquim Gaudêncio ser um dos primeiros políticos a adotar mudanças na postura para com o eleitor.

O conceito de populismo³ não se adéqua ao modelo da cultura política vigente na década de 1950 na Comarca de São João do Cariri. Uma nova cultura política surgiu com heranças do mandonismo, que utilizou o clientelismo e o empreguismo como pilares. Houve neste período gradativa participação política da população, mas visada pela cultura do patrimonialismo. Entre Britos e Gaudêncios estava uma sociedade que esperava “ganhar” um emprego pela prefeitura. Assim, a vitória das eleições

³ No que se refere às relações entre dominantes e dominados.

representava lucratividade para quem era eleitor. Como afirmou Gerusa Mamede (apud MOREIRA, 1999:42):

(...) a minha história, a minha paixão, o meu fanatismo por eles (Gaudêncios) (...) quando eu sai foi porque eles não me ajudaram com a aposentadoria do meu pai que antigamente era agricultor e a minha mãe também, eu fiquei muito aborrecida, muito chocada, não iria mais votar nele.

Professoras, vigilantes, cozinheiras, coveiros, garis, todos tinham empregos garantidos de acordo com quem estava no poder. Entre Britos e Gaudêncios estava uma cultura política que circulava entre dominantes e dominados, que *a priori*, beneficiava a ambos.

O discurso que se enquadra como retórica “populista”, ou a teatralização do poder⁴ dos Britos e Gaudêncios se manifestou na disputa pela transferência da Comarca de São João do Cariri. Os Gaudêncios, sob a liderança de Seu Quinca conseguiram o apoio da população de Serra Branca, que como observamos, era maioria em comparação aos outros distritos da Comarca de São João do Cariri. O discurso desenvolvimentista serra-branquense facultou a aliança entre a população e a família Gaudêncio.

Era de extrema necessidade na fase de redemocratização do Brasil, a partir de 1945, a utilização de discursos legitimadores de identidades, pois foram a partir destes discursos que as famílias do poder buscaram manter influência na política. A população da Comarca, por sua vez, aceitou a disputa entre as famílias de forma natural, pois se tratava de trazer valorização para seu lugar de origem, fosse Serra Branca ou São João do Cariri. Simultaneamente, além da busca da legitimidade política por meio da autonomia, a população buscava adquirir cargo público para algum membro da família. Logo, as paixões a floravam e nas disputas eleitorais extrapolaram o bom senso. Segundo Almeida Barros (2007:30) (...) “era bastante comum nesse período piadas entre adversários partidários e até agressões verbais, chegando ao extremo de pessoas comuns, populares se tornavam inimigos devido essas disputas políticas”.

⁴ Teatralização do poder foi um dos conceitos trabalhado por George Balandier (1982), para ele a representação do político surge a partir da encenação de seus agentes, assim para adquirir apoio da população, é utilizado no discurso aspirações da sociedade, tal como foi realizado pelos Gaudêncios para a sociedade de Serra Branca e dos Britos para a de São João do Cariri.

Assim, acreditamos que houve na Comarca de São João do Cariri uma união de interesses entre a população e as famílias do poder. A cultura política manteve os coronelistas, mas simultaneamente se consolidou primeiro: a partir do personalismo político, pois havia uma contemplação nas figuras de Joaquim Gaudêncio e Tertuliano de Brito; segundo, no empreguismo, na utilização do público pelo privado. Daí a cultura histórica formulada pelo discurso progressista de Serra Branca e tradicionalista de São João do Cariri ser aceitas pela população, pois estes se identificavam com as ideias de seus líderes.

Muitos eleitores migravam de apoio, hora era Brito, hora era Gaudêncio. Era comum no dia das eleições, segundo o agricultor José Gomes de Lima (MOREIRA, 1999:48), almoçar na casa dos Britos, ganhar roupas e sapatos e depois fazer o mesmo na casa dos Gaudêncios. Devido à inconstância da confiança do eleitor, Blondel (1994: 64-63) afirmou que o domínio político das famílias de São João do Cariri era indireto e que, a própria população percebia a situação político vigente na década de 1950:

O eleitor tomou o hábito de pedir cada vez mais. Ele sabe que existe um Estado e uma Federação que o podem socorrer. O “chefe político”, procurando obter sua aprovação, reconhece assim implicitamente a soberania do povo, embora esta tendência seja mais fraca, o que não deixa de ser o sinal de uma transformação⁵.

Tal como afirma Cittadino (1998:55), “o voto é que já não era mais uma certeza inquestionável: ele deveriaser atraído em troca de promessas que as massas desejavam ouvir. Estas, com o votosecreto passavam a ter um espaço garantido no jogo político”. No advento da redemocratização, o voto da população começou a processar transformações na cultura política vigente.

Todos acreditavam no “jogo político” e estavam inseridos neste. Segundo Bourdieu (2010:85-86) “não haveria jogo sem a crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidos pelo jogo dependem da sua posição no jogo”. A posição no “jogo” foi definida a partir da acumulação de capital simbólico e econômico do qual as famílias Brito e Gaudêncio foram os principais detentores.

⁵ Vale salientar que Blondel especificou este tipo de relação somente para o caso da Comarca de São João do Cariri e não relativo ao Estado da Paraíba em geral.

Logo, concordamos que a cultura política pós-redemocratização passou por mudanças que teve como principal resultado a participação da população na política, a partir de uma aliança desigual entre a sociedade e as famílias, no caso da Comarca de São João do Cariri. A transformação da cultura política paraibana na redemocratização foi mais radical do que no período que tange a primeira era varguista, já que as eleições estavam ocorrendo primordialmente sem riscos de golpes ditatoriais. Assim, a liberdade do voto e da disputa intraoligárquica trouxe em si, mecanismos da teatralização do poder pouco visível após o Movimento de 1930. As eleições de 1950 representaram estas transformações.

As eleições de 1950 ocorreram no dia 03 de outubro. Nelas foram decididas as vagas para Presidente, Vice-Presidente, Senador, Suplente de Senador, Governador, Vice-Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual.

Nestas eleições, o Brasil teve três principais candidatos à presidência. O PTB sob a chefia de Getúlio Vargas, e o tendo como candidato. A UDN, opositora natural de Vargas, teve como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD, sob a chefia de Dutra, escolheu como candidato o advogado mineiro Cristiano Monteiro Machado.

Vargas, grande estrategista político que era, buscou conquistar o apoio tanto das cidades industrializadas com a liderança do PTB quanto das cidades interioranas com o apoio do PSD. O PSD com exceção de Minas Gerais conquistou mais voto para Vargas do que para Cristiano Machado. Além do apoio das oligarquias do PSD e sob a liderança do PTB, Vargas se aliou a Ademar de Barros, governador de São Paulo que construiu grande força eleitoral fundando o Partido Social Progressista. Vargas necessitava dos votos de São Paulo, assim a união PSP/PTB foi favorável a sua candidatura. Segundo Almeida Junior (2004:246), Vargas, diferente de Dutra, absorveu as mudanças ocorridas com a redemocratização, assim, o mesmo fez uma campanha nacionalista de grande apelo as classes trabalhadores seguindo a bandeira da industrialização.

Quanto às eleições governamentais na Paraíba, concordamos na afirmação de Correia Barbosa (2010:1) que: “sem sombra de dúvidas podemos afirmar que a disputa ao Governo do Estado em 1950 entrou para a história da política paraibana como uma das mais longas, acirradas e violentas já estabelecidas até então”. Em nível de estado, a

Paraíba teve duas eleições tranquilas, referentes a 1945 e 1947, a campanha de 1950 entrou para a historiografia como a mais acirrada e violenta devido ao confronto direto de dois grupos oligárquicos: o argemirismo e o americismo. Se na Paraíba esta eleição foi marcada pela violência, em São João do Cariri, cidade na qual estes fatos eram comuns, ocorreu mais um confronto entre Britos e Gaudêncios.

Devido ao racha dentro da UDN, José Américo migrou para o Partido Libertador e se aliou a Ruy Carneiro (PSD) formando a Coligação Democrática Paraibana (CDP). Outro racha ocorreu no PSD, pois José Pereira Lira deixou o partido e fundou o Partido Republicano. José Pereira (PR) se aliou a Argemiro de Figueiredo (UDN) formando a Aliança Republicana (AR). Para o cargo de governador a CDP escolheu José Américo e a AR Argemiro de Figueiredo.

José Américo recebeu apoio de Getúlio Vargas em visita de campanha na Paraíba. Ocorreu que este apoio não foi retribuído, devido ao PSD apoiar a candidatura de Cristiano Machado e ao fato do próprio José Américo ter comprometido apoiar Eduardo Gomes. O nome de José Américo estava atrelado ao de Getúlio Vargas devido ao Movimento de 1930 e ao companheirismo de ambos até 1937. Assim, o apoio de Getúlio contribuiu favoravelmente na campanha de José Américo (BARBOSA, C. 2010:5-6).

Pereira Lira e Ruy Carneiro se candidataram à vaga de senador. As vagas de vice-governador foram concorridas entre Renato Ribeiro Coutinho (AR) e João Fernandes de Lima (CDP). A disputa pelo cargo de vice-presidente ficou entre Odilon Duarte Braga⁶ (UDN), José Café Filho⁷ (PSP) e Vitorino Brito Freire⁸ (PSD).

A família Brito candidatou - com o objetivo de continuar no cargo de deputado estadual - o chefe político Tertuliano de Brito. A família Gaudêncio também optou pela continuidade de Álvaro Gaudêncio como candidato a deputado estadual. Vale salientar que além do apoio do irmão Joaquim em Serra Branca, Álvaro fazia a campanha no

⁶Ex -Ministro da Agricultura do governo Vargas, cargo que exerceu entre 1934 e 1937. Foi um dos fundadores da UDN.

⁷ A candidatura de José Café Filho fez parte do acordo entre Vargas e Ademar de Barros.

⁸ Político pernambucano que participou no Movimento de 1930. Durante a campanha, em discordância com o PSD, se candidatou a Presidente avulso pelo Partido Social Trabalhista (PST).

município de São João do Cariri e em Campina Grande⁹. José Gaudêncio, por sua vez, candidatou-se novamente ao cargo de deputado federal.

Por se tratar de uma eleição em que duas oligarquias se enfrentavam abertamente, vários enfrentamentos ocorreram em diversos municípios com destaque para Areia, Campina Grande e São João do Cariri.

A Aliança Republicana estava com a máquina estatal em suas mãos juntamente com o aparato da Polícia Militar. Como o governador era Oswaldo Trigueiro, sob a chefia de Argemiro de Figueiredo, a polícia prestou total obediência ao chefe udenista. Tal como afirma Carneiro (2011:239): “um bilhete de Argemiro de Figueiredo tinha mais valor do que uma ordem de Juiz de Direito”.

O chefe da polícia, Luiz Bronzeado “praticava arbitrariedades contra o grupo dos americistas” e inflamava o espírito de violência nas tropas. Em Remígio, cidade do Curimataú, a polícia foi totalmente imparcial. No município de Areia, o coronel Cunha Lima, filiado a UDN, junto com seus capangas, barrou o material de campanha dos americistas antes dos comícios. Fato que gerou forte tensão entre os dois partidos no município (CARNEIRO, 2011:241).

Em Campina Grande ocorreu no dia 09 de julho, “a chacina da Praça da Bandeira”. Segundo Correia Barbosa (2010:9):

Embora aquele dia parecesse perfeito para uma festiva celebração cívica, o que se verificou foram inúmeros desentendimentos e brigas que perduraram por todo o período da manhã até o término dos shows, durante a noite, entre os partidários da Coligação e da Aliança.

Simultâneo ao comício dos argemiristas que incluía Álvaro Gaudêncio como orador, os americistas realizaram uma passeata pela cidade. Logo após o encerramento do grande comício da Aliança Republicana a passeata da Coligação Democrática chegou na praça da Bandeira. Os irmãos Dumerval e José Trigueiro improvisaram um palanque e iniciaram discursos em favor de José Américo. Pouco tempo depois, a polícia chegou e buscou impedir a continuação do evento, foi então que se iniciou a

⁹ A força da família em Campina Grande pode ser observada a partir do número dos votos obtidos: Álvaro Gaudêncio obteve 258 votos enquanto José Gaudêncio foi o segundo deputado federal mais votado em Campina Grande com 4.777 votos.

confusão com chutes e socos. Logo, tiros foram detonados deixando baixas. O saldo da tragédia foram três mortos e entre 15 a 20 feridos.

Além dos fatos ocorridos em Remígio, Areia e Campina Grande, a Comarca de São João do Cariri foi palco de tiroteios em três locais: Serra Branca, São João do Cariri e São José dos Cordeiros. O tiroteio de São João do Cariri estampava na primeira página do Jornal *A União* com a seguinte informação:

O caso se deu após o cabo José Bezerra Leite ter tentado desarmar um civil que reagiu a ordem do policial entrando numa casa vizinha à residência do deputado Tertó Brito. Estabeleceu-se tiroteio entre a polícia e a referida casa, tiroteio que cessou com a chegada do sargento Fidelino Leite, de Serra Branca¹⁰.

O referido tiroteio ocorreu no dia 10 de setembro de 1950. O conflito foi resultado da discórdia estabelecida em 1947 entre o Juiz José Demétrio e os Gaudêncios. Além disso, fatores como a tensa campanha estadual, a rivalidade das famílias e a parcialidade da Polícia Militar, contribuíram para um novo confronto na Comarca.

Vale salientar que o jornal *A União* era de domínio do Estado e estava sob o poder do governador José Targino, que ocupou a vaga devido à licença de Oswaldo Trigueiro, que se candidatou a deputado federal. José Targino, político de família tradicional da serra de Araruna, era udenista e obedecia a ordens de Argemiro de Figueiredo. Logo, os fatos descritos no jornal são de caráter parcial, e buscava amenizar a culpabilidade dos Gaudêncios. No próprio jornal, o governador afirmava que tomaria medidas rigorosas para sanar os atos violentos¹¹, mas o poder de governar não estava em suas mãos, mas sim nas de Argemiro e no caso de São João do Cariri, nas mãos da família Gaudêncio.

Britos e Gaudêncios tinham aliados fortes nesta campanha. A família Brito e o Juiz José Demétrio tinham os Gaudêncios como inimigo comum. Era tarefa do Juiz manter a ordem na realização da campanha e do pleito eleitoral. Assim, os Gaudêncios se preocuparam com o fato do juiz influenciar e permitir as fraudes eleitorais. Por sua vez, os Gaudêncios eram udenistas e tinham a força policial a seu comando.

¹⁰ A UNIÃO, 14 de set, 1950, p.1.

¹¹ “O Governador do Estado tem recomendado rigor nas providências para apurar a responsabilidade do caso e restabelecer a ordem naquela comarca”. Ibidem.

O “civil que reagiu a ordem policial” era provavelmente um correligionário dos Britos e o policial dos Gaudêncios. Segundo o próprio jornal, constam informações de que o cabo estava exonerado e esperava um substituto, após a chegada do sargento Fidelino Leite, de Serra Branca, o cabo foi preso. Mas o tiroteio ocorreu entre as duas oligarquias, não foi culpa apenas de um cabo. No episódio ocorreu a morte de um motorista da Assembleia Legislativa que estava a serviço de Tertuliano de Brito, e ferimento de uma empregada doméstica. Após o tiroteio, o juiz da Comarca de Monteiro se encaminhou para São João do Cariri, já que José Demétrio estava afastado, devido a pedido de Argemiro de Figueiredo meses antes do início da campanha¹².

Mais uma vez, o temor do pleito que foi realizado no dia 03 de outubro tomou conta das eleições. Pacificada a situação no Estado, São João do Cariri estava sob a expectativa de um novo tiroteio no pleito, devido à campanha ter sido realizada sob o temor das armas de fogo¹³.

Buscando evitar os excessos policiais, o Juiz José Demétrio fez pedido da intervenção do Exército no dia do pleito. Em entrevista concedida a vários jornalistas, o Tenente Coronel Leite Brasil do 15º Batalhão de Infantaria, afirmou que aumentou as tropas enviadas para São João do Cariri e Serra Branca como “medida de prudência na garantia da vida do Juiz José Demétrio”. O envio das tropas foi de ordem direta do Ministério da Guerra e o governo do Estado não podia contrariar a missão. Foi enviado para São João do Cariri o próprio Tenente Coronel Leite Brasil com a finalidade de realizar a segurança do pleito¹⁴.

Pacificada as eleições com a presença do Exército, o pleito eleitoral ocorreu com tranquilidade na Comarca de São João do Cariri. Getúlio Vargas foi eleito democraticamente Presidente do Brasil tendo como vice Café Filho. Vargas obteve 48,7 % dos votos enquanto Eduardo Gomes ficou com 29,7% e Machado com 21,5%. Na Paraíba, Vargas foi vitorioso com 49,2% dos votos, fato interessante, já que ele não recebeu apoio de José Américo. Na Comarca de São João do Cariri, Vargas recebeu

¹² A UNIÃO, 13 de set, 1950, p.1.

¹³ Segundo Carneiro (2010: p.240) ocorreram tiroteios em Serra Branca e São José dos Cordeiros, não tivemos informações dos detalhes destes eventos.

¹⁴ A UNIÃO, 23 de set, 1950, p.1.

mais votos do que Cristiano Machado, fato que leva a crer que Tertuliano de Brito apoiou o candidato do PTB para Presidência. Mas o vitorioso da Comarca foi Eduardo Gomes com 52,22% dos votos, resultado determinado pelo poderio político da família Gaudêncio.

Na Paraíba, o resultado das eleições de 03 de outubro de 1950 demonstrou a virada do PSD. O governador eleito foi José Américo de Almeida com 56,9% dos votos. Até mesmo na cidade do rival, o político de Areia saiu vitorioso, em Campina Grande ele obteve 57,46% dos votos, mais do que na média estadual. Foi grande a derrota de Argemiro de Figueiredo. Os motivos da derrota de Argemiro estão atrelados ao continuísmo da cultura política coronelista. O governador José Targino, por exemplo, utilizava de suas funções para demitir, coagir e comprar votos para beneficiar Argemiro. Além disto, os fatos ocorridos na Praça da Bandeira foram negativos para a campanha da UDN. A utilização da polícia – instituição pública – para fins privados e eleitoreiros foi comparada às velhas práticas da República Velha atreladas ao coronelismo (CARNEIRO, 2010:246).

Para Cittadino (2006: p.90):

A derrota de Argemiro de Figueiredo reveste-se de um significado muito maior do que a mera definição pessoal da liderança sobre o estado. Na verdade, aponta para modificações que estavam em curso no exercício da política local, modificações caracterizadas pelo esgotamento das práticas coronelistas identificadas na trajetória política de Argemiro, simultaneamente a conquista de espaços pelo populismo, incorporado, nestas eleições, na candidatura de José Américo.

José Américo se adaptou ao perfil da política trabalhista que estava em voga na campanha de Getúlio Vargas, em prol da industrialização. Apesar do processo de industrialização da Paraíba ser ínfimo naquele período, José Américo estava consciente das transformações das relações trabalhistas e do êxodo rural e buscou conquistar os votos dos paraibanos pelo carisma e por seu papel de herói na seca de 1932.

Se a Paraíba estava passando por mudanças nos costumes políticos devido a vitória de José Américo, o mesmo não pode ser dito sobre a Comarca de São João do Cariri. A família Gaudêncio mais uma vez saiu vitoriosa das eleições, pois conquistou maioria dos votos para todos os cargos disputados, o que leva a crer que, Serra Branca, realmente funcionou como “curral” eleitoral da família Gaudêncio, dando maioria dos

votos para a família. Álvaro Gaudêncio foi reeleito, e além deste, José Gaudêncio conquistou a vaga na Câmara Federal.

Mesmo perdendo as eleições na terra natal, a família Brito teve mais motivos para comemorar do que a família Gaudêncio, pois a situação política do Estado ficou mais favorável a Tertuliano de Brito. A vitória de José Américo não foi apenas para governador, pois a CDP obteve grande maioria na Assembleia Legislativa, logo o major Terto passou a ser situação tanto no poder Executivo quanto no Legislativo.

O número de votantes na Comarca foi 5.824 com a abstenção contabilizada em 2.052 pessoas¹⁵. Estes números demonstram que a prática do voto coercitivo característico da República Velha não estava tão em voga nas eleições de 1950. A explicação da abstenção naquele período na Paraíba dado por Blondel (1994:90-91) relaciona-se ao êxodo rural e a deficiência técnica dos transportes. Mas em relação à Comarca de São João do Cariri, o sociólogo francês dá outra explicação:

(...) 1950 em São João do Cariri, município onde o excesso de alistamento é fraco, mas onde a abstenção foi grande (33%). As lutas eleitorais são tão fortes que certos eleitores parecem ter tido medo, malgrado a presença de tropas federais, de sair de suas casas para ir votar.

Na República Velha o medo fazia o eleitor votar, com a redemocratização de 1945, o “medo” tomou outro rumo: o da abstenção. Assim, não concordamos com Blondel ao referir que a população não foi votar por medo, o medo naquele contexto passou a ser dos candidatos por não terem eleitores suficientes para fazer valer o pleito. A partir daquele momento ficou claro para as famílias do poder que a violência política era negativa para fins eleitorais, assim as campanhas posteriores se transformaram. O “medo” colocado por Blondel foi uma maneira da população demonstrar sua força em período de democracia. Assim, o “medo” fazia parte das bricolagens de uma população que não vivia absolutamente para o mundo da política das famílias do poder.

A eleição de 1950 modificou a cultura política tanto da Paraíba e posteriormente da Comarca de São João do Cariri. A população estava construindo uma ideia de participação política. Nas outras eleições, os eleitores contribuíram com voto não mais pela pressão respaldada de violência, mas pelo apoio ao membro de uma das famílias,

¹⁵ A UNIÃO, 14 de out, 1950, p.2.

por acreditar neles como “salvador”, uma pessoa de confiança que estava presente no mundo dele.

Entre todas as heranças do mandonismo característico de nossa cultura política, a política de parentela e o familismo nos parecem ser o mais persistente. A economia das trocas simbólicas¹⁶ das famílias se movimentava entre o nacional, o estadual e o municipal. Como observamos, discursos derivados do governo federal tal como o revolucionário de 1930, a redemocratização, o municipalismo e o desenvolvimentismo foram influentes nos Cariris Velhos. Os Britos foram os principais representantes do “espírito” revolucionário de 1930, os Gaudêncios, família que “amava a pobreza” identificam-se como “populistas”. Assim, para entendermos a culturas políticas dos Cariris Velhos fez-se necessário descrevermos todo o percurso da história política do Brasil e da Paraíba de 1930 a 1960, como um grande mercado de símbolos comprados pelas famílias Brito e Gaudêncio.

Os principais símbolos foram importados de acordo com o contexto político nacional. Quando houve necessidade de troca de oligarquias na Paraíba, mudava a liderança da família na região, mas a cultura política pouco mudava, pois Britos e Gaudêncios jogavam a mesma “partida”, eram consumidores do mesmo mercado de símbolos.

Estes símbolos podem ser divididos em duas categorias, uma advinda do mercado externo e outra do mercado interno. Do mercado externo, além dos discursos, faziam parte às alianças com lideranças personalistas tal como Vargas, Kubitschek, João Pessoa, José Américo, Argemiro, Ruy e Gondim; a rivalidade entre partidos como aliancistas e perrepistas, o PRL e o PP e por fim, a UDN e o PSD; e o uso do público como privado tal como o domínio das instituições estaduais e federais, principalmente em períodos de seca.

No mercado simbólico interno, ou seja, tudo aquilo que a família utilizou para legitimar seu poder, foram “comprados” o nome da família, pois os nomes eram utilizados de geração a geração¹⁷; o reduto político, tal como foram Serra Branca e São

¹⁶A *economia das trocas simbólicas* é o título de um dos livros de Pierre Bourdieu (2011) que destaca a sociedade é vista como espaço de relações de força com significados simbólicos.

¹⁷ Por exemplo, Inácio **Brito**, Tertuliano de **Brito** e Nivaldo **Brito**; Manoel **Gaudêncio**, Álvaro **Gaudêncio**, Álvaro **Gaudêncio** Filho, Álvaro **Gaudêncio** Neto.

João do Cariri; e os apadrinhamentos com outras famílias, Torreão, Maracajá, Farias, Barros, Medeiros, Caluête, Queiroz e Antonino.

No espaço disputado pelas famílias foram geradas relações de força que a partir da simbologia formou diversas ressignificações, por isto a cada eleição, as famílias traziam novos ingredientes. Podemos tomar como positivo perante a disputa simbólica o direito de escolha da população. Diferente de outros municípios da Paraíba, os eleitores de Serra Branca e São João do Cariri podiam escolher seus representantes entre Britos e Gaudêncios, e depois cobrar destes. Alguns municípios onde uma única família dominava os eleitores não tinham este direito de escolha.

A cultura política familiar corresponde a fenômenos do passado (espaço de experiência) que persiste na realidade política atual. A revolução simbólica que Bourdieu (2010:125) colocou como necessária para mudanças ainda não ocorreu, pois famílias continuam no domínio político nos Cariris Velhos.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: **História Geral da Civilização Brasileira** – O Brasil republicano – Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

BARBOSA, Jivago Correia. **Mobilizações políticas e a acirrada campanha eleitoral de 1950**: José Américo (C.D.P.) X Argemiro de Figueirêdo (A.R.). In: XIV Encontro Estadual de História - História, Memória e Comemorações, 2010, João Pessoa. XIV ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-PB - História, Memória e Comemorações. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

BARROS, Jorge de Almeida. **A elite que fala x o povo que cala**: um estudo das disputas políticas entre Brito e Gaudêncio em São João do Cariri na década de 50. 2007. Monografia. (Licenciatura em História), Universidade Estadual da Paraíba.

BLONDEL, Jean. **As Condições da vida política na Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.



BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 13º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli. 7º ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral, verba, verbo e populismo: a história do voto na Parahyba (da Revolução de 30 a 1965)**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Ed.Univ./Idéia, 1998.

_____. **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo de João Agripino Paraíba (1965-1971)**. Bauru SP: Edusc, 2006.

FERREIRA, Jorge. Introdução. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. In: MOREIRA, Márcio Macêdo. **Uma história da emancipação política de Serra Branca**. 2009. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba.

SANTANA, Martha Mº Falcão de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Editora UFPB, 1999.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs) **Culturas Políticas: ensaio de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Muad, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco, 1930-1964**. Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa V.1**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.